

Vocabulário de Antonil na obra “Cultura e Opulência do Brasil”: áreas semânticas do tabaco, do ouro e do gado

(The vocabulary of Antonil in the work “Cultura e opulência do Brasil”: the semantic areas of tobacco, gold and cattle)

Adriana Pereira Santana

Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

profdrlica@yahoo.com.br

Abstract: The present article aims to analyze small inventory of Portuguese vocabulary used during Colonial Brazil. The study is based on another work written by Antonil (1982), “Cultura e Opulência do Brasil”. The *corpus* of this article was obtained through the three last parts of the chosen work, which were grouped according to its semantic origin, its lexical field tobacco, gold and cattle. Four lexical fields related to the semantics of tobacco were analyzed (19 lexical unities); four lexical fields related to gold (22 lexical unities) and four lexical fields related to cattle (15 lexical unities). The selection of the analyzed vocabulary revealed aspects of economic reality of colonial society, and pointed out to the importance of the lexicon as a witness of uses, costumes, ideologies and values of a period.

Keywords: lexicon; lexical field; Colonial Brazil.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar um recorte do vocabulário da língua portuguesa veiculada no Brasil Colônia, com base na obra “Cultura e Opulência do Brasil”, de Antonil (1982). O *corpus* levantado para este estudo foi obtido das três últimas partes da obra selecionada, tendo sido agrupado, conforme a sua natureza semântica, aos campos léxicos tabaco, ouro e gado. Foram analisados quatro campos léxicos relacionados à área semântica do tabaco (19 unidades léxicas); quatro campos relativos à área do ouro (22 unidades léxicas) e quatro referentes ao gado (15 unidades léxicas). O recorte do vocabulário analisado evidenciou aspectos da realidade econômica da sociedade colonial, dando mostras da importância do léxico como testemunha de usos, costumes, ideologias, valores de uma época.

Palavras-chave: léxico; campo léxico; Brasil Colônia.

Introdução

O período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) foi de suma importância no processo de fixação da língua portuguesa em território brasileiro. Nesse período a língua transplantada pelo colonizador recebeu influências da língua tupi e de outras línguas faladas pelas populações autóctones e africanas, sobretudo no nível do vocabulário, começando assim a delinear-se uma norma lexical brasileira. Isso ratifica a importância do nível lexical como meio de perpetuação de momentos históricos vivenciados pelos falantes de uma língua, já que, por estar em constante processo de expansão, o léxico evidencia uma visão mais apurada e precisa da realidade social.

Este trabalho apresenta a análise léxico-semântica de um recorte do vocabulário extraído da 3ª edição da obra “Cultura e Opulência do Brasil”, de André João Antonil (1982), publicada pela Editora Itatiaia-MG. Por ter sido produzida durante o Brasil Colônia e originalmente publicada no século XVIII (1711), essa obra contém dados relevantes para a compreensão de aspectos histórico-sociais da realidade brasileira, principalmente os relacionados à economia do período colonial. O estudo pautou-se nos princípios da Lexicologia, em especial na teoria dos campos léxicos, proposta por Coseriu:

un campo léxico es, desde el punto de vista estructural un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico en diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que están recíprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples. (1962, apud GECKELER, 1976, p. 295)

2. Perspectiva metodológica

A organização da obra “Cultura e Opulência do Brasil” compreende quatro partes: a primeira centraliza-se na plantação da cana-de-açúcar e em todo o processo para a comercialização do produto; a segunda trata da manipulação e exportação do tabaco; a terceira versa sobre a descoberta das riquezas extrativas, com destaque para as minas de ouro e de prata, enquanto a quarta focaliza a riqueza animal e as grandes fazendas de criação que se formavam no interior do Brasil.

O *corpus* organizado para este estudo foi obtido por meio de consulta às três últimas partes da obra selecionada e, por questão didática, agrupado em três campos léxicos, selecionados conforme a natureza semântica das unidades lexicais catalogadas: *tabaco*, *ouro* e *gado*.¹

Selecionamos da parte dois da obra, relacionada à área semântica do *tabaco*, os seguintes subcampos léxicos: locais de plantio do tabaco, processos de cultivo do tabaco, preparação/produto do tabaco e trabalhadores do cultivo do tabaco. Da parte três, os subcampos léxicos formados a partir das unidades léxicas relativas ao campo léxico *ouro* ficaram assim dispostos: tipos de ouro segundo a origem, utensílios/extração do ouro, solos com presença de ouro e de prata, trabalhadores na extração do ouro e cadeia produtiva. Já no que se refere aos dados obtidos na quarta parte, a que trata da criação e comercialização do *gado*, o agrupamento dos itens lexicais levantados ficou assim constituído: profissionais da lida com o gado, tipos de gado, condições para a criação do gado e trabalhadores na criação do gado.

O vocabulário levantado resultou em setenta e uma unidades léxicas que foram agrupadas e distribuídas, conforme já mencionado, segundo a sua natureza semântica, aos campos lexicais do tabaco, do ouro e do gado. Além da consulta sistemática à obra “Cultura e Opulência do Brasil”, foram consultadas, com vistas à ampliação de informações acerca do vocabulário coletado, as seguintes obras representativas da lexicografia da língua portuguesa do século XIX: *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1813) e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete (2007 [1980]).²

3. Análise e discussão dos dados

A apresentação do vocabulário referente às três áreas semânticas em análise (tabaco, ouro e gado) será precedida por uma parte introdutória acerca do contexto histórico, seguida da apresentação do vocabulário levantado e da sua análise.

¹ O estudo do vocabulário da cana-de-açúcar, atividade econômica focalizada na primeira parte da obra foi objeto de estudo do trabalho apresentado na modalidade comunicação oral durante o I Congresso Internacional de Linguística Histórica, realizado em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009.

² A data da primeira edição da obra é de 1881.

3.1. Tabaco

A segunda atividade econômica descrita na obra de Antonil é a lavoura do tabaco. Com início no século XVII, já em princípios do século seguinte essa atividade oferecia grandes lucros para a colônia, tendo alcançado o comércio exterior. Fumado, mascado ou aspirado o tabaco era muito consumido, ocupando importante lugar nas exportações brasileiras. Antonil compara esse produto com a cana-de-açúcar, argumentando que,

se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura. (1982, p. 149).

Grande parte da exportação do tabaco era destinada à África, sendo utilizado, assim como a cachaça, nas transações relativas ao tráfico de escravos negros, trabalhadores que também tiveram um papel importante nesse tipo de atividade:

Mas embora não tenhamos estatísticas e dados tão preciosos como no caso do açúcar e do algodão, percebe-se muito bem, através do depoimento daqueles que trataram da matéria, que o caráter desta lavoura não é, no seu conjunto, diverso do dos demais grandes produtos agrícolas da colônia. A predominância nela do trabalho escravo já é disto um índice seguro. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 154)

Essa predominância do trabalho escravo é notória, não somente em relação à plantação e ao cultivo do tabaco, mas em todas as outras atividades que deram base à sustentação da economia colonial. Nos registros da época, não faltam detalhes da declarada escravidão que, na realidade, constituem informações básicas, de grande proporção e consequências advindas do início da história do Brasil.

Antonil dedica seis páginas de sua obra a essa atividade econômica, descrevendo as condições de cultivo do tabaco, na parte intitulada *Cultura e Opulência do Brasil na lavra do tabaco*. A unidade léxica *tabaco* nomeia tanto a planta, a folha, como o produto resultante do processamento da folha. Silva (1813) define o termo *tabaco* como “a planta ou erva e o pó feito dela”. Aulete (2007 [1980]), por seu turno, o define como “nome de diversos preparados que se fazem com as folhas secas desta planta para lhes aspirar o fumo”. Em Antonil não há registro da palavra fumo, de uso corrente nos dias atuais. Silva (1813) no verbete *tabaco* também não faz menção a fumo.

Outro nome atribuído à erva, pelos que muito apreciavam o produto é *erva santa*: “os que são demasiadamente afeiçoados ao tabaco o chamam erva santa” (ANTONIL, 1982, p. 156), acepção registrada por Aulete (2007 [1980]) no verbete *tabaco*.

Foram organizados seis subcampos léxicos relativos à área semântica do tabaco, a seguir detalhados e analisados.

3.1.1. Locais de plantio do tabaco: *canteiros, cercados, curral.*

A unidade lexical *canteiro* designava o local com esterco, onde se plantava o tabaco pela primeira vez: “Tendo a planta já um palmo, ou pouco menos de altura, se passa dos «canteiros», aonde nasceu, para os «cercados» ou «currais», aonde se há de criar, cuja terra, quanto mais esterçada, é melhor” (ANTONIL, 1982, p. 150). Já *cercado* era empregado na acepção de *curral*, que, por sua vez, nomeava o espaço ocupado anteriormente pelo gado e que servia, nesse tipo de cultura, para o replantio do tabaco, cuja cultura se beneficiava da vasta presença de esterco, oriundo do estrume do gado.

3.1.2. Processos de cultivo do tabaco: *semear, plantar, capar, olho de cima, desolhar, curar, manojos, colher, torcer, ajuntar.*

Na cultura do tabaco, a primeira etapa consistia no ato de semear, geralmente nos meses de maio, junho e julho, em terra com esterco ou cinzas. O acompanhamento dos *cercados* devia ser cuidadoso, pois, juntamente com a planta, nascia também o capim, que deveria ser imediatamente retirado para não atrapalhar o desenvolvimento da planta do tabaco.

Quando a planta estava um pouco crescida, fazia-se a transferência dos *canteiros* de onde nasceu para os *currais*, para fins de aproveitamento do esterco dos animais como adubo: “mas se nos ditos currais morou por muito tempo o gado, há-se de tirar antes alguma parte do esterco, para que a força dele, ainda não curtido do tempo, não queime a planta em vez de a ajudar” (ANTONIL, 1982, p. 150). Essa ressalva do autor indica que a planta só poderia ser replantada nos *currais* quando o esterco já estivesse “curtido”, já que, quando novo, o esterco prejudicava a planta. Na etapa subsequente, quando a planta estava com oito ou nove folhas, lhe era retirado o *olho de cima*, procedimento nomeado, na cultura do tabaco, de *capar*. O procedimento de *capar* era tido como fundamental para a produção, pois nasciam outros “olhos” nas folhas que, por sua vez, também eram retirados, recebendo esse processo o nome de *desolhar*. Depois de colhidas e *curadas* (secas ao sol), as folhas eram *torcidas* para fins de confecção das cordas de fumo, que eram feitas com as folhas secas do fumo e enroladas no formato de bolas. O processo de secagem das folhas de tabaco era denominado de *ajuntar*. Na sequência, eram confeccionados *manojos*, rolos de folhas de tabaco feitos manualmente.

3.1.3. Produtos do tabaco: *tabaco em pó e tabaco granido*, que nomeiam tipos de produtos do tabaco.

O *tabaco em pó* nomeia o produto feito com a folha seca que, depois de amassada em pilões, era peneirada, sendo reduzida a pó. Já o tipo *granido* designava o produto derivado do tabaco em pó, misturado com mel e vinho, para tornar-se uma mistura líquida. Após bem mexida com as mãos, a mistura tornava-se úmida, estado em que era pressionada por uma vasilha com furos. O produto obtido com esse processo era denominado de *tabaco granido*.

3.1.4. Trabalhadores do cultivo do tabaco:³ *servo*, *negros*, *negro mestre*, *negro robusto*.

Merece atenção a escolha por parte do autor da unidade léxica *servo*, que evidencia uma marca de declarada escravidão. Ferreira (2004) registra como uma das acepções para essa unidade lexical a seguinte definição: “na época feudal, indivíduo cujo serviço estava adstrito à gleba e se transferia com ela, embora não fosse escravo”. Pode-se depreender que ao *servo* cabiam a função de prestação de serviço e a atitude de obediência, recebendo o tratamento não muito diferenciado do dispensado aos escravos negros propriamente ditos. O mesmo lexicógrafo registra também a seguinte acepção para o termo *servo*: “aquele que não tem direitos, ou não dispõe de sua pessoa e bens”.

No cultivo do tabaco havia serviço para todos os tipos de trabalhadores, mas determinadas etapas da lida requeriam alguma prática, advinda principalmente do trabalho escravo. No excerto a seguir há o registro das unidades léxicas *negro mestre*, que nomeava o escravo experiente, aquele que “sabia quando era tempo”, e *negro robusto*, que designava o escravo com resistência e vigor suficientes para manejar a roda no exaustivo labor de torcer as folhas da planta:

[...] o cavar as covas pertence aos que andam no serviço com a enxada; os rapazes botam os pés da planta, a saber, um em cada uma das covas, que já ficam feitas. [...] capar a planta já crescida é ofício de negros mestres [...]. Apanhar e colher as folhas é de quem sabe quando é tempo [...] Torcer as folhas, fazendo delas corda, encomenda-se a algum negro mestre; e o que anda com a roda ou engenho de torcer há de ser negro robusto. (ANTONIL, 1982, p.153-154)

Prado Júnior faz uma ressalva importante acerca do papel/missão dos escravos na cultura do tabaco:

Mas embora não tenhamos estatísticas e dados tão preciosos como no caso do açúcar e do algodão, percebe-se muito bem, através do depoimento daqueles que trataram da matéria, que o caráter desta lavoura [do tabaco] não é, no seu conjunto, diverso do dos demais grandes produtos agrícolas da colônia. A predominância nela do trabalho escravo já é disto um índice seguro. (1994, p. 154)

Na cultura do tabaco, a exemplo da cultura do açúcar, o escravo indígena também não foi citado, restando ao *negro*, fosse ele *servo*, *mestre* ou *robusto*, o trabalho efetivo com o tabaco.

3.2. Ouro

Descritas as unidades lexicais relacionadas à área semântica da lavoura do tabaco, passemos ao outro tema tratado por Antonil, na terceira parte da sua clássica

³ Parte dessa análise foi apresentada no XIX Seminário do CELLIP - *Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina* - de 21 a 23 de outubro de 2009. UNIOESTE – Cascavel, Paraná. O texto, na íntegra, - *Cultura e Opulência do Brasil: um estudo léxico-semântico nas áreas do índio e do negro* - foi publicado nos anais do evento.

obra, quando discorre sobre as condições de exploração das minas de ouro no Brasil Colônia: “Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas do Ouro”. No entanto, ao longo das trinta e três páginas dedicadas a essa parte da obra, identifica-se a presença de unidades léxicas ligadas não somente à exploração do ouro, mas também à exploração da prata, razão por que serão aqui analisadas as unidades lexicais referentes aos dois tipos de metais.

As exportações do açúcar brasileiro começaram a diminuir no final do século XVII pelo fato de a Holanda ter começado a comercializar o produto com preços mais acessíveis ao mercado europeu. E é nesse cenário de crise que Portugal começa a buscar novas fontes de riquezas, tendo sido a atuação dos bandeirantes, ainda no final do século XVII, preponderante na descoberta de minas de ouro primeiramente no atual estado de Minas Gerais e, posteriormente, estendendo-se para os estados de Goiás e de Mato Grosso. Durante todo o século XVIII o Brasil vivenciou o chamado “ciclo do ouro”, atraindo grande número de brasileiros e de portugueses para as regiões auríferas. Cáceres, por exemplo, muito bem sintetiza os tipos de trabalhadores envolvidos com a atividade mineradora:

Havia todo tipo de gente: brasileiros de todas as vilas e regiões, brancos, pretos, pardos e indígenas a serviço dos mineradores paulistas e portugueses vindos do reino. A mistura era composta de homens e mulheres de diferentes condições sociais: nobres e plebeus, ricos e pobres, homens livres e escravos, religiosos seculares e de ordens religiosas, mendigos, foragidos, desertores, soldados, ladrões e assassinos. (1993, p. 88)

Depreende-se desse relato que as condições de vida, em termos de alimentação, moradia, vestuário, animais para o transporte e comércio dificilmente seriam favoráveis a toda essa gente sonhadora e certa da obtenção de lucro. Na verdade, todos ficavam continuamente expostos à desconfiança dos líderes colonizadores, desconfiança essa advinda do fato de o ouro ser uma mercadoria fácil de ser escondida, haja vista o seu alto valor mesmo em pequenas quantidades. Em face disso, a Coroa Portuguesa fixou uma meta anual de cem arrobas (cerca de 1500 quilos), da produção total do ouro para ser atingida por todo trabalhador. No caso do não alcance dessa meta, a população era obrigada a completar essa soma, cada pessoa contribuindo de acordo com as suas possibilidades. Nesse contexto de exploração, em curto espaço de tempo os trabalhadores corriam o risco de perder os bens, a liberdade e até a própria vida, caso não cumprissem as metas (PRADO JÚNIOR, 1994 p. 162). Ressalte-se que o pagamento dessas cem arrobas só acontecia após o recolhimento do quinto, ou seja, dos 20% da produção total que devia ser destinado à administração colonial.

Esse quadro decorria da situação crítica da economia portuguesa. As vidas postas em risco eram “justificadas” pela necessidade de organização da economia da Coroa. Para Dantas e Teixeira (1971, p. 47), a descoberta e a exploração das minas surgiram como elemento atenuante para a situação da economia metropolitana, cada vez mais decadente após sair do domínio espanhol e, conseqüentemente, tornar-se dependente do comércio inglês. Prova disso foi o tratado de Methuen (1703), pelo qual a Inglaterra abria seus mercados ao vinho português e, em contrapartida, Portugal abria os seus aos tecidos ingleses. Quem arcou com os prejuízos dessa transação foi a mineração brasileira, fator que explica, em parte, a rígida fiscalização e a pesada tributação vigentes durante o período da exploração das minas no Brasil.

No final do século XVIII a mineração do ouro começa a entrar em declínio, sendo, na visão de Prado Júnior (1994), o esgotamento das jazidas sua principal causa, somando-se a isso a má administração pública que manteve a Colônia isolada, não oferecendo aos colonos o mínimo de conhecimento técnico relativo à atividade em questão. Além disso, é preciso computar o fato de os recursos necessários para amenizar essa crise estarem comprometidos com o sistema fiscal e com a compra de escravos importados da África. E, por fim,

a ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e a sua corte de parasitas, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se às mãos para completar o desastre. (PRADO JÚNIOR, 1994, p.61)

No que tange à mão-de-obra, a força escrava foi predominante, tanto no cultivo do tabaco quanto na exploração das minas, o que resultou rapidamente em um processo de *aculturação/deculturação* dos africanos trazidos para o Brasil como na condição de escravos:

Nos dois casos, o engenho e a mina, os negros escravos se viram incorporados compulsoriamente a comunidades atípicas, porque não estavam destinados a atender às necessidades de sua população, mas sim aos desígnios venais do senhor. Nelas, à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, iam sendo radicalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana. Simultaneamente, vão se aculturando nos modos brasileiros de ser e de fazer [...]. (RIBEIRO, 1995, p. 115- 116)

A decadência da mineração, nas últimas décadas do século XVIII, trouxe algumas consequências para o Brasil, que acabaram por se configurar como elementos importantes para o desenvolvimento do país, após o período colonial. Para Cáceres, as principais consequências foram:

o desenvolvimento de um mercado interno, devido à ligação da economia mineira com outras regiões da colônia; — o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste; — aumento da população colonial; — transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (1763); — formação de uma camada social média; — enfraquecimento do equilíbrio do sistema colonial devido à opressão fiscal, provocando o rompimento entre a classe dominante da colônia e a metrópole. (1993, p. 91)

Percebemos, pois, que as consequências mencionadas pesaram positiva e negativamente na formação do Brasil após o período colonial, já afastado do domínio de Portugal. Passemos aos subcampos léxicos que reúnem unidades lexicais relacionadas ao ciclo da mineração, registradas por Antonil (1982).

3.2.1. Tipos de ouro segundo a origem: *ouro do ribeiro do ouro preto, ouro do ribeirão, ouro do ribeiro de Bento Rodrigues, ouro do ribeiro do campo, ouro do ribeiro de Nossa Senhora de Monserrate, ouro do rio das Velhas, ouro do ribeiro de Itatiaia, ouro quintado, ouro em pó.*

O *ouro do ribeiro do ouro preto* designava um tipo de ouro que, antes de ir ao fogo, apresentava uma cor de nuances acinzentadas, semelhante à cor do aço. Era tido como o tipo de ouro mais fino, mais nobre pelo teor dos seus quilates. Ao ser passado pela placa de ferro no fogo, as barras eram abertas, emitindo reflexos semelhantes aos raios de sol. A designação *ouro do ribeirão*, por sua vez, nomeava um tipo de ouro que, parecido com o do ouro preto, apresentava uma massa mais úmida e com menor teor em quilate. Já as denominações *ouro do ribeiro de Bento Rodrigues*, *do ribeiro do campo* e o *do ribeiro de Nossa Senhora de Monserrate* designam outros tipos de ouro com as seguintes características: grosso, consistente, de cor amarela e menos valioso que os tipos já mencionados. A designação *ouro do rio das velhas*, por seu turno, nomeava um tipo de ouro extremamente fino, enquanto o *ouro do ribeiro de Itatiaia* era o nome atribuído ao ouro “de cor branca como a prata, por não estar ainda bem formado. E deste se faz pouco caso” (ANTONIL, 1982, p. 166). De todos os tipos de ouro arrolados pelo autor, apenas o primeiro, designado de *ouro preto*, de cor forte e de grande valor era classificado como ouro bem formado. A desvalorização do ouro branco é explicitada quando o autor discorre sobre os nomes das minas e dos descobridores de cada uma delas: [...] “Não falo da mina da serra de Itatiaia (a saber, do ouro branco, que é ouro ainda não bem formado), distante do ribeiro do ouro preto porque desta não fazem caso os paulistas, por terem as outras, de ouro formado e de muito melhor rendimento” (ANTONIL, 1982, p. 165). Complementa ainda que “houve ano em que, de todas estas minas ou ribeiros, se tiraram mais de cem arrobas de ouro, fora o que se tirava e tira escondidamente de outros ribeiros que os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição” (ANTONIL, 1982, p. 166-167).

Passemos agora às considerações sobre as designações *ouro quintado* e *ouro em pó*. A unidade lexical *ouro quintado* nomeava o ouro já em forma de barra e com uma marca real que comprovava o recolhimento do imposto (20%) referente ao quinto. Já a designação *ouro em pó* era atribuída ao ouro “solto”, sem o processamento em barras, sendo muito fácil o seu contrabando. O *ouro quintado* era acertadamente o mais valioso: “muito mais vale quintado do que em pó, porque o que se vende em pó sai do fogo com bastantes quebras, além do que vai de diferença por razão do que se pagou, ou não se pagou de quintos” (ANTONIL, 1982, p. 172). Apesar de extrema vigilância para a cobrança do quinto, ainda assim o imposto era desviado. Em razão disso, com o objetivo de combater o contrabando, Portugal proibiu a veiculação do *ouro em pó*.

Segundo Cáceres (1993, aquele que fosse pego com *ouro em pó* escondido era exilado por dez anos na África ou nas Índias, além de perder o ouro e todos os seus bens. O denunciante não sendo escravo recebia uma parte dos bens do contrabandista, ficando a outra parte com a Coroa. Vê-se que havia uma pressão para que todos “convertessem” o *ouro em pó* em *ouro quintado* visando ao lucro advindo do imposto arrecadado. Essa arrecadação, na visão do colonizador, não se constituía uma obrigação, mas uma manifestação de consciência do trabalhador, conforme atesta Antonil:

E deste fundamento certíssimo se infere também certamente que os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem a El-Rei em consciência, e que a lei feita para segurar a cobrança deles não é meramente penal, ainda que traga anexa a cominação da

pena contra os transgressores, mas que é lei dispositiva e moral e que obriga antes da sentença do juiz, em consciência. (1982, p. 178)

3.2.2. Utensílios/extração do ouro: *bateia*, *bateada*, *gamela*, *cuia*.

Silva (1813) define *bateia* como “vaso de madeira, com fundo afunilado. Serve para a lavagem do ouro que fica no fundo quando se lava a terra mineral”, portanto, o mesmo referente apontado por Antonil: “foi tal a grandeza do ouro de que estavam cheios, que se estavam vendo em pedaços e granitos nas mesmas «*bateias*». E *bateada* houve em que se tiravam de cada vez quarenta, cinquenta e mais oitavas” (1982, p. 190). O referente nomeado pela unidade léxica *bateia* era tão usual na época a ponto de ser transformado em unidade de medida do ouro, a *bateada*, nome derivado de *bateia*. Machado (1967) considera *bateia* um “vocábulo de origem incerta, talvez do árabe, *gamella*”. *Gamela*, no texto de Antonil, designa o utensílio usado tanto para a lavagem de minério, quanto para a retirada de água dos rios para beber: “[...] e chegando ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma *gamela* para se tirar água do ribeiro, [...] e metendo a *gamela* na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor do aço” (1982, p. 164). Machado (1987), por sua vez, registra que o vocábulo *gamela* tem origem latina e significa “vaso para beber”.

Uma terceira unidade léxica que nomeia um tipo de utensílio utilizado na lavagem de minérios é *cuia*, termo de origem tupi definido por Aulete (2007 [1980]) como “a casca do fruto da cuieira que, depois de seca e de se lhe extrair o milho é empregada pelos indígenas para vários utensílios, como pratos, púcaros, etc.” Antonil assim descreve o uso da *cuia* no processo de lavagem de minérios: “Isto feito se bote em uma *cuia* envernizada um pedacinho daquela terra, do tamanho de uma noz, e com água limpa se irá lavando, até que fique limpa a areia na *cuia*.” (1982, p. 193). O verniz usado na *cuia* provavelmente serviria para proteger a madeira e não comprometer a qualidade do material a ser lavado. Notamos, portanto, que essas três unidades lexicais – *bateia*, *gamela* e *cuia* – designam referentes com características similares no contexto estudado.

3.2.3. Solos com presença de ouro e de prata: *beta*, *piçarra*, *piçarrão*, *data*, *veiro*.

Aulete (2007 [1980]) define *beta* como “veio de metal em uma rocha. Escavação profunda onde se encontra ouro”, classificando essa unidade léxica como um brasileiro de Minas Gerais. Antonil, por seu turno, menciona 'veio de metal' não nas considerações sobre a descoberta de ouro, mas no capítulo intitulado *Notícias para se conhecerem as minas de prata*; referindo à busca e ao encontro de minas de prata: “e sempre se hão de buscar no cume dos outeiros ou cerros, que é onde arrebetam as betas, [...] entre a *beta* se acha terra de várias cores” (1982, p. 190).

Já a unidade lexical *piçarra* nomeia uma mistura de areia, pedra e grande quantidade de terra, com grandes possibilidades de presença de um quarto elemento, o ouro. Aulete atribui duas acepções ao termo: “*piçarra* de pedra”, quando há a predominância de pedras, e “*piçarra* de sebo”, quando predominam terra e lama. Para a cultura do ouro esse segundo tipo é o mais visado: “e tirado este cascalho aparece a *piçarra* ou *piçarrão* [...], e este é um barro amarelo ou quase branco, muito macio, [...] o qual serve de cama aonde está o ouro” (ANTONIL, 1982, p. 188). Machado (1987) registra a datação dessa palavra no século XVI: “do castelhano, *pizarra*, palavra de origem basca, se bem que não seja bem segura a sua etimologia”. Outra unidade lexical

que nomeia local de presença do ouro é *veeiro*, ou seja, “um caminho estreito e seguido, por onde vai correndo o ouro” (ANTONIL, 1982, p. 188).

Já *data* nomeia um referente que bem reflete o sistema de controle estabelecido pela Coroa Portuguesa para a exploração dos locais com a presença de metais preciosos, pois o termo *data*, no Brasil Colônia, nomeava os espaços de terra previamente estabelecidos pela Coroa Portuguesa que delimitava quem “por direito” poderia explorar as minas. No intuito de evitar problemas que certamente resultariam em mortes, quando do descobrimento das minas, a Coroa dividiu-a, conforme bem lhe aprouvesse, as áreas da seguinte maneira:

tem o descobridor a primeira data, segue-se a que cabe a El-Rei, e, atrás desta, a do guarda-mor; as outras se distribuem por sorte. As que chamam datas inteiras são as de El-Rei, e as do descobridor e guarda-mor. As outras têm a extensão proporcionada ao número de escravos que trazem para catar. (ANTONIL, 1982, p. 169)

Nessa distribuição fica evidente que, ao descobridor, por “mérito” e por “justiça” realmente caberia “uma *data* inteira”, no entanto, ao rei e ao seu oficial serem destinadas a mesma medida parece-nos questionável, ainda mais porque “a *data* de El-Rei logo se vende a quem mais oferece” (ANTONIL, 1982, p. 169), ou seja, o caminho da exploração que resultava em altíssimos lucros era cíclico e contínuo.

Além do sentido relativo ao espaço, destinado à exploração de minérios, *data* também possui o sentido de “porção ou faixa de terra” (AULETE, 2007 [1980]). Nota-se que essa acepção se mantém no português contemporâneo, pois é comum, em algumas regiões brasileiras, o uso do termo *data* como designação da área na cidade onde se constrói uma casa, logo, como sinônimo de terreno ou lote, dependendo da região. Trata-se, portanto, de uma unidade léxica que na história da língua passou por um processo de expansão de sentido, mantendo-se em uso na língua.

3.2.4. Trabalhadores na extração do ouro: brancos, pardos, pretos, índios.

Por tratar-se de mais uma atividade econômica do Brasil Colônia era previsível a presença atuante de escravos indígenas e africanos nas atividades da mineração. Todavia, muito mais do que na indústria do tabaco, o interesse por essa atividade extrativista foi generalizado, atraindo multidões. Nesse particular, Antonil pontua que

a cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa. (1982, p. 167)

A falta de leis para conter os ânimos de toda essa gente também é apontada pelo autor, já que a única existente e de fato cumprida era a relativa à distribuição das datas. Em face disso, os crimes cometidos em grande escala, sobretudo os de homicídio e furto, ficavam impunes.

3.3 Gado

Introduzida na Bahia inicialmente por Tomé de Souza (1549), primeiro governador-geral, a atividade pecuária foi utilizada na Colônia para fins de alimentação e de transporte, funcionando como economia secundária, já que a sociedade colonial esteve ligada à agricultura, durante os séculos XVI e XVII, quando se destacava o cultivo de cana-de-açúcar, e à mineração, durante o século XVIII.

Em meados do século XVIII, a atividade econômica da pecuária alcançou considerável desenvolvimento. Segundo Prado Júnior, “só na cidade da Bahia eram consumidos, anualmente, vinte mil bois, em São Luís do Maranhão seis mil, e em Belém do Pará, com apenas treze mil habitantes, o consumo chegava a onze mil cabeças” (1994, p. 186).

Nessa atividade, o trabalho escravo no Brasil ganha outra característica, pois, como o cuidado com o gado exigia maior mobilidade do profissional, tornava-se difícil o controle dos escravos quanto a possíveis fugas. Assim, temendo-se que os escravos abandonassem os animais ou os levassem junto nas suas fugas, grande parte do trabalho com o gado era feito predominantemente por homens livres e escravos que recebiam pelo serviço realizado: “Os que as trazem [as boiadas] são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro [...]” (ANTONIL, 1982, p. 202).

O pagamento geralmente era feito pelo sistema de troca por gado. Os vaqueiros, por exemplo, responsáveis pelos animais, recebiam como pagamento um bezerro a cada quatro nascidos, assim, formavam seus próprios rebanhos, o que representava o primeiro passo para a compra das próprias fazendas de gado. Embora houvesse certa adaptação e flexibilização ao trabalho escravo, Antonil ressalva que “as suas jornadas são de quatro, cinco e seis léguas [...]. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que, achem paragem onde possam parar” (1982, p. 202). Assim, percebemos que as condições de criação e cuidado com o gado não eram de todo pacíficas e sem sofrimentos.

Antonil destina cinco páginas da sua obra à atividade de criação de gado desenvolvida no período colonial, das quais retiramos quatro subcampos lexicais:

3.3.1. Profissionais da lida com o gado: *marchante*, *passador*.

A unidade lexical *marchante* designava o responsável pela negociação financeira do produto entre os donos dos rebanhos e os proprietários dos açougues. Segundo Ferreira (2004), *marchante* vem do francês, *marchand*, e significa comerciante. Na obra de Antonil identificamos o registro da palavra, dentre outros, no seguinte trecho: “Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e, destas, quase cada semana chegam algumas a Capoame, [...] aonde têm pasto e aonde os *marchantes* as compram” (1982, p. 202).

Já o item lexical *passador* nomeava o responsável pela condução das boiadas pelo sertão do Brasil: “quem quer que entrega a sua boiada ao *passador*, para que a leve das Jacobinas até a Capoame, que é jornada de quinze ou dezasseis até dezassete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça da dita boiada” (ANTONIL, 1982, p. 202). Aulete (2007 [1980]) registra *passador* como um brasileirismo, na acepção de “aquele que leva o gado às feiras”, ou seja, profissional que

conduz boiadas para vendas em feiras de venda de gado. Ao *passador* era dada, como ordem, a missão de não permitir que nenhuma cabeça de gado se perdesse pelo caminho. Assim, “se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados se com todas chegar ao lugar destinado. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam” (ANTONIL, 1982, p. 202).

3.3.2. Tipos de gado: *cabeça de gado, boiada, boi magro e fraco, boi manso e redondo.*

O item lexical *gado* designa um tipo de economia em voga no Brasil Colônia, presente inclusive no título da quarta parte da obra “Cultura e Opulência do Brasil pela abundância do Gado.” *Boiada*, por sua vez, designa o rebanho, o coletivo, o conjunto, formado por *cabeças de gado*, designação atribuída a cada rês que integra o rebanho: “e de todos estes (currais) vão boiadas para o Recife, Olinda e suas vilas “[...] “Só no rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil *cabeças de gado*” (ANTONIL, 1982, p. 200). Já *boi manso e redondo* eram designativos atribuídos ao boi grande, robusto e forte o suficiente para suportar o trabalho pesado, ao contrário, de *boi magro e fraco* que designava o boi de menor porte e, conseqüentemente, de menor valor utilitário e comercial, conforme assinala Antonil (1982, p. 107), em termos de custo-benefício: “advirta-se muito nisso, para se comprarem a tempo os bois e tais quais são necessários, dando antes oito mil réis por um só boi manso e redondo, do que outro tanto por dous pequenos e magros, que não têm forças para aturarem no trabalho”.

3.3.3 Condições para a criação do gado: *largueza de campo, água manante, pastos competentes, curral.*

O desenvolvimento da atividade de criação de gado no período colonial deve-se muito às condições físicas encontradas em território brasileiro. Antonil assinala que “as fazendas e os currais do gado se situam aonde há *largueza de campo*, e *água sempre manante* de rios ou lagoas” (1982, p. 199). Isso porque o gado precisava de muito espaço para se movimentar e de boa alimentação, ou seja, *pastos competentes*, de boa qualidade, bem como a proximidade de grande quantidade de água: “os rios de Pernambuco, que, por terem junto de si *pastos competentes*, estão povoados com gado” (ANTONIL, 1982, p. 199).

Outro espaço importante para a criação de gado era nomeado pelo termo *curral*, que nomeia o pátio cercado utilizado como abrigo para o gado. Essa unidade lexical mantém-se essa acepção no português contemporâneo. Como já assinalado anteriormente, no Brasil Colônia, a unidade léxica *curral* também era empregada no âmbito do cultivo do tabaco para designar um dos locais utilizados na plantação do tabaco. Antonil relata que primeiramente a planta era semeada em canteiros bem esterçados, o que ainda não configurava um curral propriamente dito, mas, quando a planta do tabaco apresentava os primeiros sinais de crescimento, “passava-se dos canteiros aonde nasceu para os cercados e currais aonde se havia de criar, cuja terra quanto mais esterçada é melhor” (ANTONIL, 1982, p. 150). Percebemos que o uso do termo *curral* nessa acepção é bem próprio do português colonial, haja vista não haver registro dessa acepção nas obras lexicográficas de Silva (1813) e de Aulete (2007 [1980]), consultadas para este trabalho.

3.3.4. Trabalhadores na criação do gado: brancos, mulatos, pretos, índios.

Segundo Mota e Braick, “na criação de gado predominava o trabalho de negros libertos, mestiços livres, índios, brancos pobres e escravos africanos. Vaqueiro e peão recebiam pagamento” (2005, p. 54). O aspecto inovador da atividade econômica da pecuária é ligado às relações de trabalho estabelecidas, pois o pagamento oferecido a peões e a vaqueiros representava em atrativo a mais para os escravos que almejavam também receber pelo serviço prestado. Podemos destacar dois motivos para a presença da mão-de-obra indígena no trabalho com o gado: os conflitos entre colonizadores e indígenas visando à posse de terras para fins de expansão dos rebanhos e a intensificação da caça ao índio como suprimento de mão-de-obra em face do comércio africano em declínio, em meados do século XVII (MELATTI, 1980). Assim, sendo obrigados a ceder suas terras e perseguidos para suprir a mão-de-obra, não restou ao indígena outra saída a não ser engajar-se, mesmo que a contragosto, na lida com o gado.

Considerações finais

O estudo das 71 unidades léxicas do recorte do vocabulário de Antonil relacionado às áreas semânticas das atividades econômicas do tabaco, do ouro e do gado no Brasil Colônia permitiu a constatação de aspectos significativos de natureza léxico-semântica, tais como: i) a intersecção entre os campos léxicos – o item lexical *curral*, registrado nos campos léxicos referentes ao gado e ao tabaco; ii) unidades léxicas portadoras de semas semelhantes no mesmo campo léxico: *bateia*, *gamela* e *cuia*; iii) a unidade lexical *data*, que no universo estudado nomeava a área a ser explorada pelos trabalhadores na extração do ouro, sofreu expansão de sentido, passando a nomear, na atualidade, a área comprada na cidade para a construção de uma casa e, iv) unidades lexicais que no português contemporâneo configuram-se como regionalismos/arcaísmos: *cuia* e *manejo* (RS) e *marchante* (N e NE), segundo Houaiss (2001).

O recorte do vocabulário analisado confirmou a importância do léxico para a compreensão da realidade sociocultural e econômica de uma época. No caso deste estudo, a aplicação da teoria dos campos léxicos contribuiu para a organização dos dados e para uma melhor compreensão da intersecção entre as várias áreas semânticas, o que favoreceu uma visão, não só da realidade econômica, mas sobretudo dos valores que determinavam o tipo de estratificação predominante no âmbito do Brasil Colônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- AULETE, C. *Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. Versão digital. São Paulo: Editora lexikon, 2007. [1980]
- CÁCERES, F. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- DANTAS, J. TEIXEIRA, F. *Estudos de História do Brasil*. Vol. I. Colônia: Editora Moderna, 1971.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*, versão 5.0, 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.
- GECKELER, H. *Semántica Estructural y teoría del Campo léxico*. Madrid: Editorial Gredos, 1976. p. 232-233/ 295.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

SILVA, A. M. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Iacérdina, 1813.

BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

BITTAR FILHO, C. A. A apropriação do solo no Brasil colonial: uma perspectiva histórico-jurídica. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 37, n. 148, p. 179-183, out/dez. de 2000.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 46ª reimpressão. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1945.